

FH assume o comando das negociações do pacote

Presidente recomenda que a medida provisória do Imposto de Renda seja aprovada até quarta-feira da próxima semana

Ailton de Freitas

Cátia Seabra e Leandra Peres

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu ontem o comando das negociações para a aprovação do pacote fiscal no Congresso. Ele chamou para uma conversa o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e, no domingo, deve defender as medidas em cadeia nacional de rádio e tevê. Num longo café da manhã com os líderes do Governo no Congresso, Fernando Henrique anunciou que trabalhará por um acordo até domingo.

O ideal, recomendou o presidente, seria que a medida provisória do IR fosse aprovada quarta-feira, quanto estará no exterior para reforçar a imagem do Brasil lá fora. Segundo o líder do Governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), o acordo estará fechado na segunda-feira.

PSDB já admite mudar proposta de aumento do IR

Os líderes do PSDB já admitem a possibilidade de mudanças nas faixas de contribuintes atingidas pelo aumento de 10% do IR. Na noite de ontem, depois de uma reunião com Luís Eduardo e o líder do Governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), apostou na manutenção do adicional do IRPF, mas admitiu que a proposta original pode ser alterada.

Fernando Henrique tem jogo de cintura, tem sensibilidade. Tem gente que não tem sensibilidade e está mais preocupado com quem ganhou ou com quem perdeu — elogiou o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), depois de um telefonema do presidente.

Segundo Inocêncio, Fernando Henrique prometeu uma saída honrosa para o Governo e para o PFL e afirmou que "ninguém sai mal desse negócio". Afinados,



O PRESIDENTE Fernando Henrique Cardoso deixa a missa de ação de graças acompanhado pelo presidente do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães

os líderes governistas repetiam a mesma frase:

— Haverá só um vitorioso: o país — frisou Aécio.

No café da manhã, Fernando Henrique assumiu a negociação política do acordo, deixando a análise técnica para o Ministério da Fazenda. Segundo um líder do Governo, existem três ou quatro propostas em estudo. Só que uma delas sofre um "problema de paternidade". Essa poderia ser a taxação do rendimento extra das aplicações financeiras, sugerida pelo tucano Ronaldo Cesar Coe-

lho (RJ) e abraçada pelo PFL.

Tampouco se sabe a autoria da proposta de tributar os juros de remuneração do capital próprio: apresentada pelo PFL, alguns governistas atribuem a idéia ao ministro de Indústria, Comércio e Turismo, Francisco Dornelles.

Outra proposta defendida pelo Governo é a taxação das grandes fortunas, cujo projeto de lei complementar, de autoria do então senador Fernando Henrique, tramita no Congresso.

Embora tenha dito ao presidente que não assumiria a coordena-

ção dessa costura, sob a alegação de que a missão cabe a Arruda, Luís Eduardo tem atuado nos bastidores. Depois da reunião com Fernando Henrique — da qual participou o ministro da Fazenda, Pedro Malan — Luís Eduardo almoçou com Antônio Carlos, seu pai. Logo depois, estava preparada a aparição pública de Fernando Henrique e Antônio Carlos: os dois foram a uma missa de ação de graças.

Foi também Luís Eduardo quem convenceu Inocêncio a desistir da idéia de mais uma pro-

posta para a equipe econômica: a transformação do aumento do IR num empréstimo compulsório. A sugestão, apresentada pelo economista Paulo Rabello Castro ao PFL, foi logo abortada por representar um endividamento maior do Tesouro. Inocêncio estava prestes a deixar seu gabinete para ir ao Ministério da Fazenda, mas foi detido por Luís Eduardo.

O dia foi só de negociações. O porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, disse que o objetivo da reunião com Antônio Carlos era muito mais ouvir os ar-

gumentos do senador do que reforçar a posição do Planalto.

— A intenção do presidente é explicar apenas as linhas gerais do pacote fiscal e discutir as formas de atingir o objetivo final de uma economia de R\$ 20 bilhões. Esse ganho precisa ser preservado — disse o embaixador.

"Sou o porta-voz do silêncio", diz Arruda

O relator da MP do IR, Roberto Brant (PSDB-MG), conversou com o senador Gilberto Miranda (PFL-AM), defensor da manutenção dos incentivos para a Zona Franca de Manaus. Nos encontros, os líderes ressaltavam as angustias do presidente, manifestadas no café da manhã.

— O presidente alertou para a gravidade da crise internacional e disse que eram limitadas as margens para negociação — contou um participante da reunião.

Responsável pelas negociações, Arruda insistiu em dizer que as modificações consistentes seriam bem-vindas, se não comprometessem o resultado de R\$ 20 bilhões do pacote. Indagado sobre os pontos passíveis de alteração, limitou-se a responder:

— Não posso falar. Sou o porta-voz do silêncio.

Brandt (PSDB-MG) esteve, ontem, em reunião com a equipe econômica. Ele apresentou um mapeamento dos parlamentares resistentes às medidas e ouviu de Pedro Malan os pontos que o Governo considera essenciais e os que poderiam ser negociados. O relator, entretanto, não quis revelar quais são as medidas que podem ser alteradas.

As negociações começam agora e vão pelo fim de semana afora. Cada setor tem sua razão legítima, mas é preciso manter a todo custo a direção do pacote, disse o relator. ■

COLABOROU Vannildo Mendes